

Índice

| | |
|--|----|
| 2. Comentário dos diretores | |
| 2.1 Condições financeiras e patrimoniais | 1 |
| 2.2 Resultados operacional e financeiro | 14 |
| 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases | 16 |
| 2.4 Efeitos relevantes nas DFs | 17 |
| 2.5 Medições não contábeis | 19 |
| 2.6 Eventos subsequentes as DFs | 24 |
| 2.7 Destinação de resultados | 25 |
| 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 26 |
| 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados | 27 |
| 2.10 Planos de negócios | 28 |
| 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional | 30 |
| 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos | |
| 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado | 31 |
| 5.2 Descrição dos controles internos | 36 |
| 5.3 Programa de integridade | 38 |
| 5.4 Alterações significativas | 41 |
| 5.5 Outras informações relevantes | 42 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A discussão e análise sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia a seguir descritas são baseadas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (ou CVM), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (ou IASB).

A Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia, bem como o descrito no item 4.1 – Descrição dos Fatores de Risco, deste Formulário de Referência, a pandemia do COVID -19 afetou de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa.

Alguns valores e percentuais constantes desta seção 2 do Formulário de Referência foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes desta seção 2 do Formulário de Referência podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara rubricas ou medidas derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com o fim de determinar a respectiva evolução ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual das rubricas das demonstrações de resultado consolidadas em relação à receita líquida dos serviços prestados da Companhia em um determinado período, ou dos saldos de contas do balanço patrimonial consolidado da Companhia em relação ao total do ativo ou total do passivo e patrimônio líquido em determinada data.

Os termos "nós", "nosso" ou "Companhia", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e suas controladas, coligadas e controladas em conjunto, exceto se expressamente indicado de outra forma.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que os indicadores de liquidez da Companhia são condizentes com seu plano de negócio, desenvolvimento de seus projetos e alinhados com a estratégia para cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazos, conforme abaixo indicado:

| Índice | Em 31 de dezembro de | |
|----------------------------------|----------------------|-------|
| | 2022 | 2021 |
| Consolidado | | |
| Liquidez Corrente ⁽¹⁾ | 0,31x | 0,40x |
| Liquidez Geral ⁽²⁾ | 1,20x | 1,28x |

(1) Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

(2) Liquidez Geral = Ativo Total / Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo não Circulante).

A diminuição da Liquidez Corrente para 0,31x de 31 de dezembro de 2022 frente a 0,40x de 31 de dezembro de 2021 foi resultante do aumento do passivo circulante, principalmente relacionado a empréstimos, financiamentos e debêntures.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A diminuição da Liquidez Geral de 1,28x de 31 dezembro de 2021 para 1,20x em 31 de dezembro de 2022 está relacionado principalmente pelo aumento dos relacionado a empréstimos, financiamentos e debêntures no curto prazo.

A seguir, apresentamos as informações sobre a nossa estrutura financeira e patrimonial consolidada nas datas abaixo indicadas:

| Consolidado | Em 31 de dezembro de | |
|---|----------------------|-----------|
| | 2022 | 2021 |
| Patrimônio Líquido, incluindo participação de não controladores | 425.819 | 562.050 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 137.413 | 96.400 |
| Dívida Líquida ⁽¹⁾ | 1.274.989 | 1.269.432 |

(1) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), parcelamentos fiscais (circulante e não circulante), contas a pagar por aquisição de investimentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e passivo financeiro conversível em ações, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Adicionalmente, em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo completo e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram de R\$ 499,4 milhões e R\$ 512,7 milhões, respectivamente. Para mais informações sobre a adoção dessa norma, vide item 2.3 do Formulário de Referência.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

| Consolidado | Em 31 de dezembro de | |
|---|----------------------|-----------|
| | 2022 | 2021 |
| Total Capital de Terceiros (total do passivo, circulante e não circulante). | 2.138.187 | 2.013.168 |
| Capital próprio (patrimônio líquido, incluindo participação de não controladores) | 425.819 | 562.050 |
| Total capital de terceiros + capital próprio (total do passivo e do patrimônio líquido) | 2.564.006 | 2.575.218 |
| Parcela Capital de Terceiros ⁽¹⁾ | 83,4% | 78,2% |
| Parcela Capital Próprio ⁽²⁾ | 16,6% | 21,8% |

(1) A parcela capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo completo e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram de R\$ 499,4 milhões e R\$ 512,7 milhões, respectivamente. Para mais informações sobre a adoção dessa norma, vide item 2.3 do Formulário de Referência.

(2) A parcela capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 83,4% e 78,2%, corresponderam a capital de terceiros, respectivamente, sendo representados majoritariamente pelas linhas de Empréstimos,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Financiamentos e Debêntures e Passivo de arrendamento no Passivo Circulante, bem como no Passivo Não Circulante, que correspondem a contratos com prazos de duração de 1 a 30 anos.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração entende que o nível de endividamento e de geração de caixa da empresa (*free cash flow to firm*), considerando o ritmo de investimentos em crescimento realizados pela Companhia, são compatíveis com os compromissos futuros de endividamento.

A Administração monitora constantemente, as previsões de desembolsos de forma a assegurar que se tenha caixa suficiente para atender as demandas operacionais, de investimentos e dos credores. Embora não possamos garantir que essa situação se permaneça, a sólida estrutura patrimonial e longo relacionamento com intuições financeiras de primeira linha e com mercado de capitais nos garantem amplo acesso na captação de recursos alinhados com a estratégia de crescimento da Companhia.

Em 2021 realizamos captações e rolagens de dívidas vincendas em 2021 em mais de R\$455,0 milhões, com destaque para o a 2ª Série da Debênture da Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A. R\$150.000 emitida em 17 de setembro de 2020 e com vencimento em 17 de dezembro de 2021, a qual renegociamos seu vencimento para 25 de agosto de 2025.

Em 2022 realizamos captações e rolagens de dívidas vincendas em 2022, em mais de R\$402.848, com destaque para a 10ª emissão da Debenture da Allpark de R\$280.000 com vencimento em julho de 2027 e 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais no montante de R\$70.000, com vencimento em maio de 2025.

Em 17 de março de 2023 a Companhia concluiu a liquidação financeira dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, das 1ª e 2ª Séries da 131ª Emissão da Opea Securitizadora S.A. Os CRI foram lastreados em trezentas mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, da 11ª emissão de debêntures da Companhia ("Debêntures"), com valor nominal unitário de um mil reais, totalizando R\$300.000 (trezentos milhões de reais), em 15 de março de 2023 ("Data de Emissão"), sendo 193.000 Debêntures referentes à primeira série ("Debêntures da 1ª Série") e 107.000 Debêntures referentes à segunda série ("Debêntures da 2ª Série"). O vencimento dos CRI da 1ª Série é em 19 de março de 2029 da 2ª Série em 19 de março de 2030.

Os pagamentos e as captações realizadas em 2022 e 2021 descritas comprovam nossa disciplina em honrar os compromissos financeiros e o nosso amplo acesso ao mercado de dívida, eficientemente.

Diante do cenário da pandemia do COVID-19 a Companhia tomou uma série de medidas de preservação de caixa e liquidez adequando os seus gastos operacionais, de investimento ou de financiamento compatíveis com os níveis de receitas e com os compromissos futuros assumidos pela Companhia. Todas as medidas foram descritas no item 2.11 do Formulário de Referência no item "Análise dos impactos da COVID-19 em nossas atividades".

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia captou recursos através da emissão de ações no mercado de capitais (IPO), bem como realizou aumentos de capital e, quando necessário, capta recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro da Companhia e investimentos de curto e longo prazos, bem como na manutenção de disponibilidades

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de caixa em nível que a Companhia acredita serem apropriado para o desempenho de suas atividades.

Os detalhamentos dos empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e 2022 estão apresentados no item 2.1(f) abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Se necessário, em caso de eventual deficiência de liquidez, a Companhia pretende utilizar as mesmas fontes que utiliza para (i) suprir a necessidade de capital de giro, ou seja, financiamentos de curto prazo, seja de crédito bancário, contratados junto a bancos comerciais, ou títulos de dívida distribuídos em mercado de capitais; e (ii) financiamento de ativos não circulantes, ou seja, financiamentos de médio e longo prazos contratados e estruturados junto a diferentes fontes, quais sejam: emissões de debêntures distribuídas no mercado de capitais e financiamentos contratados junto a bancos de fomento.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

| Operação | Indexador | Taxas | Vencimento | Garantias | 31/12/22 | 31/12/21 |
|---|------------|-------------|------------|--|----------|----------|
| PROINFRA | Pré-fixado | 11,18% a.a. | 10/12/2027 | Carta de fiança + conta reserva | 20.433 | 23.807 |
| FINEP | TJLP | 0,8% a.a. | 15/12/2030 | Fiança bancária | 20.426 | 20.410 |
| Debênture | CDI | 1,90% a.a. | 09/05/2024 | Hipoteca (45 MM) + direitos creditórios cedidos +avais | - | 243.307 |
| Debênture | CDI | 3,50% a.a. | 20/07/2027 | Alienação Fiduciária | 297.865 | - |
| Debênture Z.A. Digital de São Paulo (1ª e 2ª Séries) | CDI | 4,40% a.a. | 25/08/2025 | Alienação Fid. + Cessão Fid. +Avais | 110.963 | 139.723 |
| | CDI | 4,40% a.a. | 25/08/2025 | Alienação Fid. + Cessão Fid. + Avais | 110.963 | 139.723 |
| Capital de giro | CDI | 3,50% a.a. | 09/06/2022 | Aval | - | 20.752 |
| Capital de giro CCB | CDI | 2,25% a.a. | 13/08/2023 | Aval | 35.272 | 70.428 |
| Capital de giro CCB | CDI | 2,25% a.a. | 04/10/2023 | Aval | 25.290 | 50.407 |
| Capital de giro CCB | CDI | 3,50% a.a. | 03/04/2023 | Aval | 22.464 | - |
| Capital de giro 4131 | Pré | 7,15% a.a. | 01/04/2022 | Aval | - | 29.119 |
| Capital de giro 4131 | CDI | 4,32% a.a. | 10/03/2023 | Aval | 10.273 | 46.649 |
| Capital de giro 4131 | CDI | 3,95% a.a. | 02/02/2026 | Aval | 66.674 | 75.226 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| Operação | Indexador | Taxas | Vencimento | Garantias | 31/12/22 | 31/12/21 |
|---------------------|-----------|------------|------------|-------------------|----------------|----------------|
| Capital de giro CCB | CDI | 3,65% a.a. | 27/01/2025 | Aval + Recebíveis | 63.357 | - |
| Capital de giro CCB | CDI | 3,50% a.a. | 28/03/2023 | Aval + Recebíveis | 24.796 | - |
| NC | CDI | 3,50% a.a. | 25/05/2025 | Aval | 70.362 | - |
| Custos com captação | | | | | (8.421) | (6.597) |
| Total | | | | | 870.717 | 852.954 |

Contrato de Abertura de Crédito - PROINFRA

Em 10 de dezembro de 2015, a EWS Estacionamentos Salvador S.A., controlada indireta da Companhia, celebrou contrato de abertura de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., garantido por fiança prestada por Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda., no valor de R\$ 28,6 milhões, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. O crédito faz jus a juros remuneratórios de 11,18% ao ano.

Contrato de Financiamento – Capital de Giro FINEP

Em 04 de fevereiro de 2021, a Companhia emitiu, em favor da FINEP., contrato de financiamento, no valor de R\$ 35.799 mil, saque em 04 de fevereiro de R\$ 20.000 mil, garantida por carta fiança, com vencimento em 15 de dezembro de 2030. O contrato de financiamento faz jus a juros de 0,8% ao ano, corrigidos pela TJLP.

9ª Emissão de Debêntures

Em 9 de maio de 2019, a Companhia concluiu a emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com (i) garantia real adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e de suas controladas Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda., Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda. e Saepart Sociedade de Administração, Empreendimentos e Participações Ltda.; (ii) garantia real adicional de hipotecas em segundo grau de determinados imóveis de propriedade da Companhia; e (iii) garantia fidejussória das mesmas controladas do item (i), no montante de R\$350 milhões, com prazo de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 9 de maio de 2024. As debêntures fazem jus a juros remuneratórios de 100% da variação acumulada do CDI acrescidos de 1,90% ao ano. Em agosto de 2022, com os recursos obtidos na 10ª (décima) Emissão de Debêntures, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples da 9ª emissão.

10ª Emissão de Debêntures

Em 20 de julho de 2022, a Companhia concluiu a emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no montante de R\$280 milhões, com prazo de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 20 de julho de 2027. As debêntures fazem jus a juros remuneratórios de 100% da variação acumulada do CDI acrescidos de 3,50% ao ano. A emissão é garantida por garantia fidejussória prestada por (i) Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda. e (ii) Saepart Sociedade de Administração, Empreendimentos e Participações Ltda. e cessão (a) dos direitos creditórios de titularidade da Companhia e das Garantidoras, gerados a partir do 1º (primeiro) dia de cada mês, presentes e futuros, detidos e a serem detidos contra instituições credenciadoras de instrumentos de pagamento pós-pagos (cartões de crédito), e instrumento de pagamento de depósito à vista (cartões de débito), com valor agregado mensal equivalente a, no mínimo, R\$ 5.000.000,00; (b) a totalidade dos direitos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

creditórios de titularidade da Companhia e Garantidoras, presentes e futuros, contra a Serviços e Tecnologia de Pagamento S.A., decorrentes de contratos Sem Parar, referentes aos Serviços prestados e que venham a ser prestados pela Companhia e Garantidoras, com valor agregado mensal equivalente a, no mínimo, R\$ 9.000.000,00; (c) direitos creditórios de titularidade da Companhia e Garantidoras, presentes e futuros, decorrentes de recebíveis em cobrança bancária de usuários mensalistas (pessoas físicas e jurídicas) registrada no Banco Bradesco S.A., com valor agregado mensal equivalente a, no mínimo, R\$ 4.000.000,00; e (d) a conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicada no Contrato de Cessão Fiduciária, onde será depositada a totalidade (a) dos créditos de titularidade da Companhia e Garantidoras contra o Banco Bradesco S.A. pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos por conta da Companhia e Garantidoras em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e/ou pelos recursos, mantidos em depósito, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e (b) a totalidade dos direitos, atuais ou futuros, decorrentes da Conta Vinculada, incluindo os Investimentos.

1ª Emissão debêntures Z.A Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A.

Em 17 de setembro de 2020 a Z.A Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A. ("Z.A. Digital"), sociedade controlada indiretamente pela Companhia, foram emitidas 300.000 Debêntures, sendo 150.000 debêntures da primeira série com data de emissão em 25 de agosto de 2020 e data de vencimento em 25 de agosto de 2025 e 150.000 debêntures da segunda série com data de emissão em 17 de setembro de 2020 e vencimento em 17 de dezembro de 2021, todas com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$300.000 mil. Com garantias (i) fidejussória na forma de fiança, prestada por Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A, Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda., Saepart Sociedade de Administração, Empreendimentos e Participações, e pela Outorgante; e (ii) cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes; (iii) alienação fiduciária de ações. Os custos com captação das debêntures em 30 de setembro de 2020 totalizaram R\$3.282. As Debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios de 100% da variação acumulada do CDI acrescidos de 4,40% ao ano e a segunda série fazem jus a juros remuneratórios de 100% da variação acumulada do CDI acrescidos de 3,65% ao ano.

Em 16 de dezembro de 2021 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, da Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A.) que prorrogou que o vencimento das Debêntures da Segunda Série será em 25 de agosto de 2025 e alterou os juros remuneratórios para 100% da variação acumulada do CDI acrescidos de 4,40% ao ano ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série").

FRN – Empréstimo Externo Banco Votorantim

Em 25 de março de 2021, a Companhia emitiu, em favor do Banco Votorantim, contrato de empréstimos externo "FRN", no valor de R\$ 21.000 mil, garantida por derivativo "swap", com vencimento em 09 de junho de 2022. O contrato de empréstimos externo, faz jus a juros de 100% da variação do CDI acrescidos de 3,50% ao ano.

Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro Banco do Brasil

Em 25 de junho de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., cédula de crédito bancário, no valor de R\$ 70.000 mil, garantida por aval prestado por Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda., com vencimento em 13 de outubro de 2023. A cédula de crédito bancário faz jus a juros remuneratórios de 100% da variação do CDI acrescidos de 2,25% ao ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro Banco do Brasil

Em 17 de agosto de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., cédula de crédito bancário, no valor de R\$ 50.000 mil, garantida por aval prestado por Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda., com vencimento em 04 de outubro de 2023. A cédula de crédito bancário faz jus a juros remuneratórios de 100% da variação do CDI acrescidos de 2,25% ao ano.

Cédula de Crédito Bancário – Banco BTG

Em 06 de abril de 2022, a Companhia emitiu, em favor do Banco BTG, cédula de crédito bancário, no valor de R\$20 milhões, garantida por aval prestado por (i) Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda. (ii) Saepart Sociedade de Administração, Empreendimentos e Participações Ltda., com vencimento em 03 de abril de 2023. A cédula de crédito bancário faz jus a juros remuneratórios de 100% da variação do CDI acrescidos de 3,50% ao ano. Em outubro de 2022 o passivo teve incorporação de juros, agora significando R\$ 21.598 milhões.

Contrato 4131 – Empréstimo Externo Banco do Brasil

Em 23 de Março de 2021, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., contrato de empréstimos externo nos termos da lei 4.131, no valor de R\$29 milhões, garantida por aval prestado por Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda., com vencimento em 03 de outubro de 2022. jus a juros de 15,82% a.a.. Em setembro de 2022, com os recursos obtidos em novo Contrato 4131 com o Banco do Brasil somados a recursos próprios, a Companhia liquidou o passivo.

Contrato 4131 – Empréstimo Externo Banco Itaú

Em 08 de março de 2021, a Companhia emitiu, em favor do Banco Itaú Unibanco S.A., contrato de empréstimo externo nos termos da lei 4.131, no valor de R\$50 milhões, Derivativo “swap”, com vencimento em 10 de março de 2023. O contrato de empréstimo externo faz jus a juros de 100% da variação do CDI acrescidos de 4,32% ao ano.

Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro Santander

Em 24 de Fevereiro de 2021, a Companhia emitiu, em favor de Banco Santander (Brasil) S.A., cédula de crédito bancário, no valor de R\$ 75.000 mil, garantida por aval prestado por Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda. e Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda., com vencimento em 02 de fevereiro de 2026. A cédula de crédito bancário faz jus a juros remuneratórios de 100% da variação do CDI acrescidos de 3,95% ao ano

Contrato 4131 – Empréstimo Externo Banco do Brasil

Em 15 de agosto de 2022, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., contrato de empréstimo externo nos termos da lei 4.131, no valor de R\$58,3 milhões, junto do derivativo “swap”, com vencimento em 27 de janeiro de 2025. O contrato de faz jus a juros de 100% da variação do CDI acrescidos de 3,65% ao ano. Com garantia de 5% de recebíveis e garantia fidejussória prestada pela Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda.

Contrato 4131 – Empréstimo Externo Banco do Brasil

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., contrato de empréstimo externo nos termos da lei 4.131, no valor de R\$25,5 milhões, junto do derivativo “swap”, com vencimento em 28 de março de 2023. O contrato de faz jus a juros de 100% da variação do CDI acrescidos de 3,50% ao ano. Com garantia de 5% de recebíveis e garantia fidejussória prestada pela Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda.

1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 20 de maio de 2022 a Companhia concluiu a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia fidejussória, em série única, de distribuição pública com esforços restritos da Companhia, no montante de R\$70 milhões, com prazo de vencimento de 3 anos contados da data de emissão, vencendo, em 25 de maio de 2025. As notas comerciais fazem jus a juros remuneratórios de 100% da variação acumulada do CDI acrescidos de 3,50% ao ano. A emissão é garantida por garantia fidejussória prestada por (i) Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda. e (ii) Saepart Sociedade de Administração, Empreendimentos e Participações Ltda.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial no curso normal de seus negócios com as principais instituições financeiras do país, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, não possuindo outras relações de longo prazo além das descritas no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Nossos contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo garantia real, avais, fianças e recebíveis.

Em 2022 e 2021, o endividamento da Companhia era composto por dívidas com garantia real e dívidas quirografárias, não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei n.º 11.101/2005; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei n.º 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A décima emissão de debêntures da Companhia previa os seguintes índices financeiros (*covenants* financeiros):

- (a) Dívida Líquida/EBITDA (conforme definições previstas na respectiva escritura de emissão) igual ou inferior a 3,5 em 2022 e 3,0 em 2023.
- (b) Dívida Líquida/Patrimônio Líquido (conforme definições previstas na respectiva escritura de emissão) igual ou inferior a 3,0.
- (c) EBITDA ajustado/Despesa Financeira (conforme definições previstas na respectiva escritura de emissão) igual ou superior a 1,0.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia encontra-se adimplente com as condições estipuladas nas escrituras.

A primeira emissão de debêntures da Z.A. Digital prevê os seguintes índices financeiros (*covenants* financeiros), a primeira avaliação ocorreu em 31 de dezembro de 2021:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- $(\text{EBITDA} - \text{outorga fixa mensal} (-) \text{IR/CS} (+) \text{variação do capital de giro}) / (\text{amortização} (+) \text{juros})$ igual ou superior a 1,30.

Para a condição, o índice apurado pela Companhia ficou fora do intervalo previsto contratualmente e em razão disso a Companhia reclassificou o saldo das debêntures (ZZDT11 e ZZDT21) em sua totalidade para o passivo circulante.

Outras Restrições

As dívidas da Companhia descritas neste item 2.1(f) possuem, conforme o caso, cláusulas restritivas habituais de contratos celebrados nos mercados financeiro e de capitais, tais como:

- Falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou qualquer das garantidoras. Inadimplemento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas aos respectivos instrumentos da dívida, observados eventuais períodos de cura.
- Transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.
- Cisão, fusão, incorporação (inclusive de ações) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer das garantidoras.
- Redução do capital social da Companhia, sujeito a exceções.
- Mudança e/ou transferência direta ou indireta do controle acionário da Companhia, sujeito a exceções.
- Alteração da atividade preponderante prevista no objeto social.
- Falsidade ou incorreção das declarações prestadas nos respectivos instrumentos de dívida.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações financeiras acima de determinado valor.
- Protesto de títulos acima de determinado valor, sujeito a exceções.
- Descumprimento de decisões judiciais, extrajudiciais e/ou administrativas ou arbitrais não sujeita a recurso acima de determinado valor.
- Distribuição de dividendos acima do mandatório em caso de mora sob os instrumentos de dívida.
- Descumprimento de disposições legais e regulamentares relacionadas à legislação anticorrupção, trabalhista, previdenciária e ambiental.
- Descumprimento de qualquer obrigação, pecuniária ou não, do acordo de acionistas.
- Restrição à capacidade de honrar dívidas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia encontra-se adimplente com todas as obrigações relativas aos contratos de dívida e emissões de debêntures.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía R\$871 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures, circulantes e não circulantes, líquido dos custos de captação das

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dívidas. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía R\$15 milhões referentes à Finep cujo desembolso foi integralmente realizado

Monitoramos constantemente, juntamente com a diretoria financeira, as previsões de desembolsos de forma a assegurar que se tenha caixa suficiente para atender as demandas operacionais, de investimentos e dos credores. A nossa sólida estrutura patrimonial e longo relacionamento com instituições financeiras de primeira linha, mercado de capitais nos garantem amplo acesso na captação de recursos alinhados com a estratégia de crescimento da Companhia.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Demonstrações dos Resultados Consolidadas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado com o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

| Consolidado | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|---------------------|--------|-----------|--------|--------|
| | (R\$ mil, exceto %) | | | | |
| Receita líquida dos serviços prestados | 1.112.959 | 100,0% | 834.931 | 100,0% | 33,3% |
| Custo dos serviços prestados | (795.925) | -71,5% | (628.017) | -75,2% | 26,7% |
| Lucro bruto | 317.034 | 28,5% | 206.914 | 24,8% | 53,2% |
| Receita (Despesas) operacionais | (241.198) | -21,7% | (239.307) | -28,7% | 0,8% |
| Gerais e administrativas | (107.239) | -9,6% | (90.689) | -10,9% | 18,2% |
| Amortização de intangíveis | (154.005) | -13,8% | (146.375) | -17,5% | 5,2% |
| Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas | 24.966 | 2,2% | 1.627 | 0,2% | >200% |
| Resultado de equivalência patrimonial | (4.920) | -0,4% | (3.870) | -0,5% | 27,1% |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | 75.836 | 6,8% | (32.393) | -3,9% | <200% |
| Resultado financeiro | (228.767) | -20,6% | (189.225) | -22,7% | 20,9% |
| Receitas financeiras | 27.478 | 2,5% | 17.572 | 2,1% | 56,4% |
| Despesas financeiras | (256.245) | -23,0% | (206.797) | -24,8% | 23,9% |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (152.931) | -13,7% | (221.618) | -26,5% | -31,0% |
| Imposto de renda e contribuição social | (4.755) | -0,4% | (2.552) | -0,3% | 86,3% |
| Corrente | (4.755) | -0,4% | (2.552) | -0,3% | 86,3% |
| Diferido | - | 0,0% | - | 0,0% | 0,0% |
| Prejuízo do exercício | (157.686) | -14,2% | (224.170) | -26,8% | -29,7% |

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.113,0 milhões, comparativamente a R\$834,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$278,0 milhões, ou 33,3%. O crescimento, em todos os segmentos foi decorrente principalmente da retomada da atividade econômica, crescimento orgânico de nossas operações e maturação de projetos investidos nos últimos anos como a Concessão da Zona Azul de São Paulo.

Demonstramos abaixo a evolução da receita líquida dos serviços prestados por segmento operacional entre 2021 e 2022:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| Consolidado | 2022 | 2021 | AH |
|---|------------------|---------------------|--------------|
| | | (R\$ mil, exceto %) | |
| Alugadas e Administradas | 552.152 | 372.294 | 47,5% |
| Contratos de Longo Prazo | 256.471 | 252.097 | 1,2% |
| Operações Próprias | 159.043 | 22.141 | 44,7% |
| Concessões Off-Street | 106.085 | 74.376 | 41,9% |
| Concessões On-Street | 29.132 | 109.353 | 30,9% |
| Outros | 10.076 | 4.671 | >200% |
| Total Receita Líquida dos serviços prestados | 1.112.959 | 834.931 | 33,3% |

Em 31 de dezembro de 2022 nossa operação contava com 440.252 vagas distribuídas em 80 cidades e 17 estados, um aumento líquido de 50.370 vagas comparado a 31 de dezembro de 2021. As principais movimentações de vagas no período foram:

- Alugadas e Administradas: aumento líquido de 10,1 mil vagas, a partir de inaugurações realizadas nos últimos meses, com destaque para Shoppings Centers (+5,6 mil vagas) e Hospitais (expansão de 3,5 mil vagas). A linha de negócios de garagens alugadas e administradas conta com baixa necessidade de alocação de capital.
- Contratos de Longo Prazo: redução líquida de 21,9 mil vagas, principalmente devido a redução de vagas no Varejo (-15,9 mil vagas) e Aeroportos (-8,7 mil vagas). A redução de vagas no varejo não está atrelada a alteração do valor global econômico dos contratos existentes e a redução em Aeroportos está relacionada com encerramento contratual
- Concessões On-Street: redução líquida 4,4 mil vagas, principalmente devido ao fim das vigências contratuais nas cidades de Piracicaba e Mauá;
- Concessões Off-Street: redução líquida 1,1 mil vagas, em razão de encerramento de operação do aeroporto de Vitória; e
- Outros: aumento líquido de 67,6 mil vagas, a partir da Combinação de Negócios com a Zul Digital. Trata-se de vagas de operações de Credenciamento Zona Azul de 8 cidades.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$795,9 milhões, comparativamente a R\$628,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$167,9 milhões ou 26,7%. O custo dos serviços prestados representava 71,5% e 75,2% da receita líquida dos serviços prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

O aumento dos Custos dos Serviços Prestados, entre 2022 e 2021, é efeito da recomposição parcial de custos com Aluguel decorrentes da estrutura dos contratos da Companhia, baseada em aluguéis variáveis que acompanham as variações das receitas. Adicionalmente, os custos foram impactados em 2022 com a baixa de ativos no montante de R\$20,5 milhões.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$317,0 milhões, comparativamente a R\$206,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$110,1 milhões ou 53,2%. O lucro bruto representava 28,5% e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

24,8% da receita líquida dos serviços prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

O crescimento entre os exercícios de 2022 e 2021, refletiu principalmente a evolução das receitas na comparação entre os 2 exercícios, bem como na otimização na estrutura de custos fixos da Companhia, conforme explicado anteriormente.

Receitas (Despesas) operacionais gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$107,2 milhões, comparativamente a R\$90,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$16,6 milhões ou 18,2%. As despesas gerais e administrativas representavam 9,6% e 10,9% da receita líquida dos serviços prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O aumento da representatividade das despesas gerais e administrativas entre os exercícios de 2022 e 2021 se deu principalmente ao crescimento das despesas de manutenção e implementação de tecnologia, necessária para suportar o crescimento futuro da Companhia.

Amortização de intangíveis

As amortizações de intangíveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$154,0 milhões, comparativamente a R\$146,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$7,6 milhões, ou 5,2%. As amortizações de intangíveis representavam 13,8% e 17,5% da receita líquida dos serviços prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram outras receitas operacionais líquidas de R\$25,0 milhões, comparativamente a outras receitas operacionais líquidas de R\$1,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$23,3 milhões.

O aumento em Outras Receitas Líquidas está diretamente relacionado ao resultado de vendas de propriedades para investimento.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi uma despesa de R\$228,8 milhões, comparativamente a uma despesa de R\$189,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$39,5 milhões, ou 20,9%.

O aumento das Despesas Financeiras Líquidas, decorreu dos seguintes impactos:

- (i) Aumento de 56,4% nas receitas financeiras, de R\$17,6 milhões em 2021 para R\$27,5 milhões em 2022 decorrente principalmente de receitas advindas dos juros sobre aplicações financeiras e dos efeitos de marcação a mercado do valor justo do Swap, sem efeito caixa, contratado para proteção de dívida em moeda estrangeira; e
- (ii) Aumento de 23,9% nas despesas financeiras, de R\$206,8 milhões em 2021 para R\$256,2 milhões em 2022 decorreu principalmente do aumento da Taxa Selic que em 2021 encerrou o ano a 9,25% e em 2022 encerrou o ano a 13,75%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Prejuízo do exercício

O prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$157,7 milhões, comparativamente a R\$224,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma diminuição no prejuízo de R\$66,5 milhões. O prejuízo do exercício representava 14,2% e 26,8% da receita líquida dos serviços prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

As variações nos prejuízos dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são explicados pelas variações descritas acima.

Comparação entre os Fluxos de Caixa Consolidados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

| Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de | | |
|---|----------------|---------------|
| Consolidado | 2022 | 2021 |
| | (R\$ mil) | |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 395.860 | 260.034 |
| Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos | (74.394) | (97.249) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (280.453) | (108.494) |
| Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | 41.013 | 54.291 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 96.400 | 42.109 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 137.413 | 96.400 |

Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$395,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$260,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O aumento de R\$135,9 milhões está relacionado a redução consistente do Prejuízo Líquido da Companhia, devido a retomada da atividade econômica, crescimento orgânico de nossas operações, maturação de projetos investidos nos últimos anos como a Concessão da Zona Azul de São Paulo e reestruturação e gestão de custos e despesas da Companhia.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$74,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$97,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A diminuição de R\$22,8 milhões decorre dos investimentos em tecnologia da informação, venda de propriedade para investimento e abertura de novas garagens.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos totalizou R\$280,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e R\$108,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O aumento está representado substancialmente por: (i) maiores pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, reflexo principalmente do aumento da Taxa Selic que em 2021 encerrou o ano a 9,25% e em 2022 encerrou o ano a 13,75%; (ii) maiores pagamentos ao poder concedente, reflexo da renegociação do prazo de pagamento de parte do valor das outorgas fixas mensais de 2021 da ZAD junto à Prefeitura de São Paulo, alterando o vencimento das parcelas de abril a dezembro de 2021 para o ano de 2023; e (iii) diferente de 2021, que a Companhia recebeu R\$100 milhões, em 2022 não houve aumento de capital.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é proveniente das seguintes atividades: administração, exploração e/ou controle da atividade de estacionamentos de veículos, prestação de serviços técnicos de administração, assessoria e planejamento, tudo pertinente a estacionamento de veículos, seja em imóveis próprios ou de terceiros, para empresas privadas ou públicas, inclusive em áreas especiais para estacionamento rotativo de veículos, localizadas em vias e logradouros públicos, execução de projetos, implantação e manutenção de sinalização vertical e horizontal para sistema de transporte e a participação em outras sociedades.

Em 2022 a Companhia absorveu em seu portfólio a atividade de Credenciamento Zona Azul, com a distribuição do cartão azul digital via APP e outros serviços, tais como pagamento de IPVA e multas, aviso de rodízio, tag para pagamento de pedágio e CRLV digital. Para maiores detalhes, vide 2.4 (b) deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia nos últimos exercícios foram afetados pela retomada da atividade econômica, crescimento orgânico de nossas operações e maturação de projetos investidos nos últimos anos como a Concessão da Zona Azul de São Paulo. Os resultados também foram impactados pelos esforços na reestruturação e gestão de custos e despesas da Companhia desde o início da pandemia de COVID-19.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A política de preços da Companhia não tem sensibilidade às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio.

Aumentos ou reduções nos preços praticados pela Companhia são resultantes da combinação de: (i) utilização da capacidade via fluxo de veículos rotativos e mensalistas; (ii) precificação baseada na adaptação às condições de mercado vigentes em cada região em que atua, incluindo fatores como tipo de ativo, concorrência, mix de ocupação entre usuários rotativos e mensalistas; (iii) produtos oferecidos como parcerias, reserva de vagas, promoções, ativação de marketing entre outros; e (iv) eficiência na fiscalização e notificação às municipalidades em operações de estacionamentos rotativos em vias públicas.

A Receita Operacional Líquida da Companhia depende, também, do aumento ou redução do volume de vagas em operações existentes e, principalmente da adição de vagas a partir conquista de novas operações, através da alocação eficiente de recursos e de capacidade de execução, principalmente em contratos com prazos mais longos.

Em 2022 a receita da Companhia foi impulsionada pela retomada da atividade econômica, crescimento orgânico de nossas operações e maturação de projetos investidos nos últimos anos como a Concessão da Zona Azul de São Paulo. Em 2021 as vendas da Companhia foram impactadas pela crise da pandemia de COVID-19 que impactou toda a economia mundial e restringiu a mobilidade dos municípios onde atuamos e consequentemente a demanda nos estacionamentos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

| Em milhares de R\$ | 2022 | 2021 |
|---|--------------|--------------|
| Receita Operacional Líquida | 1.112.959 | 834.931 |
| Número Total de Vagas | 440.252 | 389.882 |
| Receita Líquida Unitária (R\$/vaga) | 2.528 | 2.141 |
| Receita Líquida Unitária por linha de Negócio (R\$/vaga) | | |
| Alugadas e Administradas | 2.881 | 2.066 |
| Contratos de Longo Prazo | 3.351 | 2.578 |
| Concessões On-Street | 1.942 | 1.276 |
| Concessões Off-Street | 9.247 | 5.951 |
| Operações Próprias | 2.501 | 1.918 |
| Outros | 175 | - |

Para informações acerca dos fatores que afetaram a receita líquida dos serviços prestados da Companhia de forma relevante, ver item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

As seguintes contas de resultado são afetadas por variações nas taxas de juros e variações dos principais índices de preços:

- Custos dos serviços prestados: em torno de 64% dos contratos de aluguéis firmados pela Companhia são corrigidos por índices gerais de preços, tais como IPCA e IGPM.
- Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas: gastos com mão-de-obra são influenciados pela variação dos índices de preços à medida que a Companhia pratica reajustes anuais em decorrência de normativos advindos do sindicato. Os gastos apurados com mão-de-obra impactam tanto os custos de serviços prestados como as despesas gerais e administrativas da Companhia.
- Receitas e despesas financeiras: o saldo de caixa e equivalentes da Companhia é aplicado em produtos financeiros com baixo risco e corrigidos pela taxa de juros vinculadas ao CDI, gerando, por conseguinte, receitas financeiras para a Companhia. Em contrapartida, os contratos de Empréstimos e Financiamentos são em sua maioria corrigidos pela taxa de juros vinculadas ao CDI, além de possuímos linhas corrigidas pela TJLP e também linhas Pré-Fixadas.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 possui um parágrafo de ênfase, mencionando a reapresentação dos valores correspondentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme descrito abaixo:

Reapresentação dos valores correspondentes

“Conforme mencionado na nota explicativa 2.23 e 17, em decorrência da correção realizada pela Companhia em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.”

A Companhia reavaliou a apresentação dos valores a receber dos sócios antecessores de empresas adquiridas relacionados a processos judiciais, e para melhor apresentação, considerando a expectativa de realização dos valores, optou por reclassificar o saldo do ativo circulante para o ativo não circulante, sem impacto no resultado do exercício e fluxos de caixa.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 não possui ressalvas ou parágrafo de ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades no último exercício social.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição da On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. (“Zul Digital”)

Em 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu 100% (cem por cento) do capital social da On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. (“Zul Digital”).

A Zul Digital foi fundada em 2017 por uma equipe de desenvolvedores, que trabalhou por mais de 10 anos em conjunto. O objetivo da Zul Digital era se credenciar na Prefeitura de São Paulo para distribuir o cartão azul digital (CAD) e, em menos de um ano de operação, tornou-se o APP nº1 em vendas. Com o tempo, iniciou a operação de venda de CADs em outras capitais, como Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e Curitiba, todas operando no modelo de credenciamento, em que as empresas podem desenvolver um APP e credenciá-lo nas prefeituras para comercializar os CADs, ampliando, assim, sua base de clientes. Pelo DNA de inovação e desenvolvimento de Plataformas Digitais, o time passou a desenvolver e oferecer aos seus clientes outros serviços, tais como pagamento de IPVA e multas, aviso de rodízio, tag para pagamento de pedágio, CRLV digital, entre outros serviços ao motorista.

A Companhia vem ao longo dos últimos anos digitalizando a sua enorme base de clientes, que, com recorrência, utilizam as suas operações no Brasil, ampliando também a oferta de serviços virtuais, tais como a Reserva de Vagas em Aeroportos, Arenas e Centros de convenções, contratação de mensalistas online, pagamento do estacionamento via APP, e-wallet, além da gestão de diversas Operações Digitais de Zona Azul, melhorando, assim, experiência dos seus clientes e aumentando sua receita. Dessa forma, a combinação da Estapar e Zul Digital criará uma plataforma única, com inovação e maior oferta de produtos e serviços, ampliando as linhas de negócios da Companhia, mas dentro do seu ecossistema.

O preço de aquisição foi de R\$57.355, dos quais R\$23.191 foram liquidados na data de fechamento da transação com a entrega de 5.194.797 ações ordinárias representando R\$20.779 e pagamento em dinheiro no montante de R\$2.412. O valor remanescente de R\$34.164 será liquidado de acordo com os prazos e entregas operacionais previstas em contrato, dos quais R\$31.169 deverão ser liquidados com a entrega de 7.792.301 ações ordinárias e R\$2.995 em dinheiro.

O contrato prevê 40 bônus subscrição, sendo 30 bônus de subscrição atrelados ao cumprimento das metas representativos de até 7.792.301 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, e 10 bônus subscrição incrementais relacionados à superação das metas definidas no Contrato representativos de até 3.636.364 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor adicional de emissão da Companhia, denominadas “kicker” e poderão ser pagas conforme previsto em contrato. Conforme projeção, não identificamos nenhum valor a ser provisionado no exercício.

Aquisição da Zletric Comercial Eletroeletrônica S.A (“Zletric”)

Em 30 de novembro de 2022, a controlada Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda. (“Ecovagas”) adquiriu 59% (cinquenta e nove por cento) do capital social da Zletric Comercial Eletroeletrônica S.A. (“Zletric”).

A Companhia estabeleceu essa parceria visando a exploração conjunta e ampla do mercado brasileiro de eletromobilidade, por meio da infraestrutura de recarga de veículos eletrificados, tanto

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

nos segmentos comerciais (em empreendimentos tais como estacionamentos localizados em aeroportos, edifício comerciais, shoppings center, arenas, hospitais, dentro outros), além do segmento residencial (com soluções e tecnologia para condomínios residenciais e clientes finais).

O preço de aquisição é de R\$5.617, dos quais R\$3.806 foram liquidados em 1 de dezembro de 2022 com a entrega de ativos imobilizados e intangíveis, e R\$1.811 em 18 de dezembro de 2022 através de aumento de capital social decorrente do exercício dos bônus de subscrição do caixa zero pela Ecovagas. Adicionalmente, o contrato prevê que, caso após o exercício do bônus de subscrição a participação da Ecovagas seja inferior aos 59% adquiridos, os acionistas fundadores deverão ceder parte de suas ações para que a participação atinja 59%. Para a transação foram emitidas novas ações e o valor pago na transação equivale ao preço de custo da emissão, não gerando ágio.

(c) eventos ou operações não usuais

Em dezembro de 2022 a Companhia efetuou a venda de sua propriedade para investimento no montante de R\$43.000 (quarenta e três milhões de reais). Além do montante recebido, a Companhia ganhou o direito de preferência para a participação da concorrência da exploração de operações de estacionamento de novos empreendimentos e renovações de contratos já ativos com a compradora.

2.5 Medições não contábeis

Utilizamos as seguintes medições não contábeis para avaliar a performance de nossas operações:

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida dos serviços prestados

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, tais como: a reversão do contas a pagar por aquisição de investimento, devido ao não atingimento de metas contratuais pelos vendedores, e a despesa com pagamentos baseados em ações e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais, tais como os gastos incorridos pela Companhia para a preparação e registro da oferta inicial de ações ("Oferta"). A Margem EBITDA ajustada consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida dos serviços prestados.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Seguem abaixo os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

| (em milhares de Reais, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro de | |
|----------------------------------|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| EBITDA | 306.478 | 205.288 |
| Margem EBITDA | 27,5% | 24,6% |
| EBITDA ajustado | 305.827 | 202.190 |
| Margem EBITDA Ajustada | 27,5% | 24,2% |

FFO, FFO Ajustado, Margem FFO e Margem FFO Ajustada

O FFO (*Funds From Operation*) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício da Companhia antes do imposto de renda e contribuição social diferidos, do resultado financeiro FFO (conforme reconciliação no item 2.5.b do Formulário de Referência) e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem FFO é calculada pela divisão entre o FFO e a receita líquida dos serviços prestados. O FFO Ajustado

2.5 Medições não contábeis

refere-se ao FFO ajustado por despesas que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, tais como: reversão do contas a pagar por aquisição de investimento, devido ao não atingimento de metas contratuais pelos vendedores, e a despesa com pagamentos baseados em ações e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais, tais como os gastos incorridos pela Companhia para a preparação e registro da oferta inicial de ações (IPO). A Margem FFO Ajustada é calculada pela divisão entre o FFO Ajustado e a receita líquida dos serviços prestados. O FFO, FFO Ajustado e a Margem FFO e Margem FFO Ajustada não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados, sozinhos, como alternativa ao lucro líquido (prejuízo) do exercício, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. O FFO, FFO Ajustado e a Margem FFO e Margem FFO Ajustada não possuem um significado padrão. Nesse sentido, caso o significado adotado pela Companhia seja diferente daquele adotado por outras companhias, o FFO, FFO Ajustado e a Margem FFO e Margem FFO Ajustada divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Seguem abaixo os valores do FFO, FFO ajustado e da Margem FFO e Margem FFO ajustada da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

| (em milhares de Reais, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro de | |
|----------------------------------|--|--------|
| | 2022 | 2021 |
| FFO | 72.803 | 13.527 |
| Margem FFO | 6,5% | 1,6% |
| FFO Ajustado | 71.224 | 32.127 |
| Margem FFO Ajustada | 6,4% | 3,8% |

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Nossa dívida bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), parcelamentos fiscais (circulante e não circulante), contas a pagar por aquisição de investimentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante), passivo financeiro conversível em ações e instrumentos financeiros derivativos. Nossa dívida líquida é calculada pela dívida bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa.

Seguem abaixo os valores da dívida bruta e dívida líquida para as datas abaixo indicadas:

| (em milhares de Reais) | Em 31 de dezembro de | |
|------------------------|----------------------|-----------|
| | 2022 | 2021 |
| Dívida Bruta | 1.381.233 | 1.365.832 |
| Dívida Líquida | 1.243.820 | 1.269.432 |

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

2.5 Medições não contábeis

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do prejuízo do exercício para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada nos exercícios abaixo indicados:

| (em milhares de Reais, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro de | |
|--|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Prejuízo do exercício | (157.686) | (224.170) |
| (+) Depreciações e amortizações ⁽ⁱ⁾ | 230.642 | 237.681 |
| (+) Resultado Financeiro | 228.767 | 189.335 |
| (+) Imposto de renda e contribuição social | 4.755 | 2.552 |
| EBITDA | 306.478 | 205.288 |
| Receita líquida dos serviços prestados | 1.112.959 | 834.931 |
| Margem EBITDA | 27,5% | 24,6% |
| (-) Ganhos/Perdas após baixas por encerramentos e revisões contratuais (IFRS 16) ⁽ⁱⁱ⁾ | (29.886) | (21.699) |
| (-) Ganho líquido em desinvestimento de ativos | (1.973) | - |
| (-) Ganho líquido em M&A | 2.900 | - |
| (-) Ganhos/Perdas após baixas por encerramentos e revisões contratuais (IFRS 16) ⁽ⁱⁱ⁾ | 28.307 | - |
| (+) Despesas com baixas por encerramento de operação ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 305.826 | 18.601 |
| EBITDA Ajustado | 1.112.959 | 202.190 |
| Receita líquida dos serviços prestados | 27,5% | 834.931 |
| Margem EBITDA Ajustada | (29.886) | 24,2% |

(i) A depreciação de direito de uso está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento dos contratos operacionais no montante de R\$4.086 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.271 em 31 de dezembro de 2021);

(ii) Ganhos após baixas por encerramentos e revisões contratuais (IFRS16), sem efeito caixa.

Reconciliação do FFO, Margem FFO, FFO Ajustado e Margem FFO Ajustada

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do prejuízo do exercício para o FFO, Margem FFO, FFO Ajustado e Margem FFO Ajustada nos exercícios abaixo indicados:

| (FFO, em milhares de Reais, exceto %) | Exercícios encerrados em 31 de dezembro de | |
|--|--|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Prejuízo do exercício | (157.686) | (224.170) |
| (+) Depreciações e amortizações ⁽ⁱ⁾ | 230.642 | 237.681 |
| (+) Resultado Financeiro FFO ⁽ⁱⁱ⁾ | (153) | 16 |
| (-) Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - |
| FFO | 72.803 | 13.527 |
| Receita líquida dos serviços prestados | 1.112.959 | 834.931 |
| Margem FFO | 6,5% | 1,6% |

2.5 Medições não contábeis

| | | |
|---|---------------|---------------|
| (-) Ganhos/Perdas após baixas por encerramentos e revisões contratuais (IFRS 16) ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | - | - |
| (-) Ganho líquido em desinvestimento de ativos | (29.886) | - |
| (+) Baixa de Intangível por Devolução de Operação, sem efeito caixa ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 28.307 | 18.601 |
| FFO Ajustado | 71.224 | 32.128 |
| Receita líquida dos serviços prestados | 1.112.959 | 834.931 |
| Margem FFO Ajustada | 6,4% | 3,8% |

(i) Receitas e despesas financeiras sem impacto sobre o caixa da Companhia. Foram consideradas as seguintes rubricas apresentadas na nota explicativa 23 Resultado Financeiro das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021: variação cambial ativa e passiva, ajuste a valor justo de swap, ajuste a valor justo de opções e ajuste a valor presente;

(ii) A depreciação de direito de uso está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento dos contratos operacionais no montante de R\$4.086 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.271 em 31 de dezembro de 2021);

(iii) Ganhos após baixas por encerramentos e revisões contratuais (IFRS16), sem efeito caixa.

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a nossa dívida bruta e dívida líquida nas datas abaixo indicadas:

| (em milhares de Reais) | Em 31 de dezembro de | |
|---|----------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante) | 452.683 | 322.345 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (não circulante) | 418.034 | 530.609 |
| Contas a pagar por aquis. de investimentos (circulante) | 997 | - |
| Contas a pagar por aquis. de investimentos (não circulante) | 1.997 | - |
| Parcelamentos fiscais (circulante) | 966 | 92 |
| Parcelamentos fiscais (não circulante) | 7.206 | 81 |
| Passivo de arrendamento (circulante) | 103.780 | 92.796 |
| Passivo de arrendamento (não circulante) | 395.570 | 419.909 |
| Dívida Bruta | 1.381.233 | 1.365.832 |
| (-) Caixa e Equivalentes de Caixa | (137.413) | (96.400) |
| Dívida Líquida | 1.243.820 | 1.269.432 |

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA, e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores não contábeis que acreditamos serem medidas práticas para medir nosso desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, itens relevantes que não afetam a sua geração de caixa, e outros.

O FFO (*Funds From Operations*), FFO Ajustado, a Margem FFO e Margem FFO Ajustada também são indicadores não contábeis quem consistem em medidas simplificadas de geração de caixa, ou em outros termos, medem a capacidade que o negócio possui em gerar recebimentos superiores aos desembolsos.

2.5 Medições não contábeis

Esses indicadores não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida são medições úteis para a avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional. Entretanto, esses indicadores não substituem medidas contábeis reconhecidas pelas práticas no Brasil ou pelas normas IFRS.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 17 de março de 2023, conforme Fato Relevante, a Companhia concluiu a liquidação financeira dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, das 1ª e 2ª Séries da 131ª Emissão da Opea Securitizadora S.A. Os CRI foram lastreados em trezentas mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, da 11ª emissão de debêntures da Companhia ("Debêntures"), com valor nominal unitário de um mil reais, totalizando R\$300.000 (trezentos milhões de reais), em 15 de março de 2023 ("Data de Emissão"), sendo 193.000 Debêntures referentes à primeira série ("Debêntures da 1ª Série") e 107.000 Debêntures referentes à segunda série ("Debêntures da 2ª Série"). O vencimento dos CRI da 1ª Série é em 19 de março de 2029 da 2ª Série em 19 de março de 2030.

2.7 Destinação de resultados

| | 2022 |
|---|---|
| a. regras sobre retenção de lucros | Segundo a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e nosso estatuto social, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores (se houver) e de qualquer provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido do exercício será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. Todo o saldo remanescente do lucro líquido, após atendidas as disposições legais e as regras sobre a distribuição de dividendos previstas em nosso estatuto social, será destinado para a reserva estatutária denominada "Reserva Especial de Lucros", que não excederá a 100% do nosso capital social e que terá como finalidade garantir os recursos necessários para o pagamento, por nós, do preço de resgate total das ações preferenciais de nossa emissão. Após o saldo da Reserva Especial de Lucros atingir o seu limite, a destinação do resultado remanescente será determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. |
| b. regras sobre distribuição de dividendos | Nosso estatuto social determina que os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo em montante correspondente a 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. |
| c. periodicidade das distribuições de dividendos | Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada nos quatro primeiros meses do ano. Nosso estatuto social determina que poderemos elaborar balanços intermediários com periodicidade inferior a um ano. Por deliberação da Assembleia Geral, poderemos (a) declarar o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, com base em balanços com periodicidade inferior, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. |
| d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais | Não tivemos quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos. |
| e. política de destinação de resultados | Não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. |

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia possui contratos de aluguel de imóveis com terceiros (Arrendamentos), para os quais não há pagamentos de parcelas fixas ou mínimas, mas somente variáveis com base em percentuais aplicados sobre o faturamento ou resultado operacional líquido obtido pela Companhia na exploração da atividade de estacionamento prevista em contrato. Esses contratos com pagamento variável não ensejam o reconhecimento de um ativo por direito de uso e um passivo de obrigações de arrendamento, conforme previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 2.8(i) deste Formulário de Referência, a Companhia possui contratos de aluguel de imóveis, para os quais não há pagamentos mínimos ou fixos de parcelas. Estes contratos estabelecem valores de aluguel variável, com base em percentual sobre seu faturamento (bruto ou líquido) ou sobre o resultado líquido operacional na exploração da atividade de estacionamento prevista em contrato, e são registrados como despesas operacionais de aluguéis quando incorridas. Essas despesas são afetadas, portanto, pelo faturamento atingido pelos nossos estacionamentos. Quanto maior nosso faturamento, maior a despesa de aluguel.

(b) natureza e o propósito da operação

Trata-se de contratos de aluguéis de imóveis de nossos estacionamentos.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Em 31 de dezembro de 2022, a única obrigação assumida pela Companhia, e registrada em nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, se refere ao aluguel apurado com base no percentual aplicado sobre faturamento (bruto ou líquido) ou sobre o resultado líquido operacional na exploração da atividade de estacionamento prevista em contrato, relativas ao mês de dezembro de 2022. O passivo de aluguéis variáveis a pagar, em 31 de dezembro de 2022 era de R\$110.502 mil.

2.10 Planos de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Ao final do exercício de 2019 conquistamos a Concessão da Zona Azul de São Paulo, por 15 anos. A outorga inicial fixa de R\$595 milhões foi paga em parcelas iguais e consecutivas até o final do exercício de 2020. A outorga mensal fixa, de aproximadamente R\$4 milhões, começou a ser paga a partir da assinatura do contrato em 19 de maio de 2020 e vai até o final do período de concessão, corrigida por inflação. Durante o exercício de 2020 iniciou-se a transição da operação da Zona Azul, quando a Companhia cumpriu os requisitos do edital de implantação de vagas, sinalização, infraestrutura, tecnologia, entre outros. A Companhia iniciou a operação da Zona Azul a partir de 17 de novembro de 2020 e concluiu a fase de transição em fevereiro de 2021. Com margens elevadas, completamos o segundo dos 15 anos da Concessão da Zona Azul de São Paulo. A Receita Líquida totalizou R\$120 milhões (R\$76 milhões em 2021), um crescimento de 57,9%. Os principais investimentos desta operação foram realizados até 2021, em 2022 mantivemos nossa disciplina financeira na proteção do caixa quando realizamos investimentos de forma criteriosa, horando os compromissos firmados, buscando a perfeita manutenção das nossas operações e também da manutenção da nossa posição de liderança no setor de estacionamento.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional, assim como através de aportes realizados pelos acionistas da Companhia e captações de recursos no mercado de capitais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar a capacidade produtiva da Companhia de forma relevante.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

2.10 Planos de negócios

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Na pauta ASG mundial e a eletrificação de veículos, ocorreu em novembro de 2022 o fechamento da operação de M&A em que, a Estapar, por meio de sua controlada Ecovagas, tornou-se acionista relevante com 59% de participação da Zletric, mediante o aporte de ativos. A combinação de negócios resultou na maior rede de carregadores de veículos elétricos do país com mais de 600 carregadores distribuídos em 14 estados e 51 cidades do país. Consolidamos a exploração conjunta e ampla do mercado brasileiro de eletromobilidade num modelo de negócio “B2B2C” nos segmentos comerciais (como estacionamentos localizados em aeroportos, edifícios comerciais, shoppings centers) e segmento residencial (com soluções e tecnologia para condomínios residenciais e clientes finais).

Em 2022 a Zletric anunciou lançamento da Rota Sul, primeira rede privada de eletropostos com carregadores rápidos interligando capitais e importantes cidades da Região Sul. A Rota Sul já está em implementação e com nove pontos no total, oferecendo soluções de recarga com conveniência e segurança nas rodovias, consolidando mais um movimento que comprova o desenvolvimento e o posicionamento da Estapar no mercado de da eletromobilidade.

Por fim, continuamos a investir no capital humano e como resultado conquistamos o certificado Great Place to Work (GPTW) que valida a Estapar como uma das melhores empresas para se trabalhar. Entre os projetos e melhorias aplicadas estão a criação de treinamentos, reestruturação e digitalização do processo de recrutamentos interno e externo, ampliação no ciclo de desempenho para a base operacional e a formalização de feedbacks periódicos com cada colaborador liderado.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Possuímos nossa Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de abril de 2020 ("Política de Gestão de Riscos").

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Nossa Política de Gestão de Riscos estabelece as diretrizes, conceitos, ações e responsabilidades a serem observados pelo Conselho de Administração da Companhia no processo interno de gerenciamento de eventos incertos que podem causar impactos negativos no cumprimento dos objetivos da Companhia, incluindo os procedimentos a serem observados para identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos atrelados aos negócios da Companhia e de empresas do mesmo grupo econômico.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Os riscos identificados pela Companhia são classificados como :

- (a) Risco de Conformidade: risco de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem-se aqui, por exemplo, os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos;
- (b) Risco de Crédito: medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de título de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros junto à Companhia, nos termos pactuados originalmente, gerando perdas financeiras;
- (c) Risco de Liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;
- (d) Risco Estratégico: riscos associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços, e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças e operações;
- (e) Risco Operacional: decorre da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à operação do negócio (como *marketing* e área comercial); quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio (como contabilidade, controladoria, controles internos, suprimentos, tecnologia da informação, etc);
- (f) Risco Cibernético: possibilidade de determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações;
- (g) Risco Tecnológico: significa o risco de uma inoperância ou falha de sistemas, processos, equipamentos de tecnologia que processam e controlam todas as operações da Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (h) Risco Regulatório/Legal: possibilidade de que leis ou regulamentos, inclusive suas modificações ou não observância total ou parcial, possam trazer impactos estratégicos, de imagem e/ou financeiros para a Companhia e suas subsidiárias, e/ou afetar significativamente a habilidade da Companhia e suas subsidiárias em administrar eficientemente os seus negócios;
- (i) Risco Político: risco oriundo de uma mudança no ambiente político na República Federativa do Brasil, no Estado de São Paulo ou na localidade em que a Companhia e suas subsidiárias mantenham ou venham a manter operações; e
- (j) Risco Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

Nós classificamos os riscos a que estamos sujeitos em 3 (três) grandes tipos, quais sejam:

- (a) Risco inerente: é risco existente para a Companhia sem considerar nenhuma ação da administração para diminuí-lo, ou seja, não considera controles internos ou quaisquer medidas que a administração possa adotar para alterar a probabilidade ou o impacto dos eventos;
- (b) Risco residual: é o risco que permanece após a resposta da administração ou implementação de controles internos;
- (c) Risco residual-alvo: é o apetite a risco da Companhia, ou seja, a quantidade de riscos que a Companhia está disposta a aceitar. O risco residual alvo deverá ser definido pelo Diretor Financeiro e orientará a estrutura organizacional e de controles internos da Companhia.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A nossa Companhia possui os seguintes instrumentos para mitigação de seus principais riscos:

- (a) Risco de Conformidade: monitoramento contínuo pelo Departamento Jurídico e por prestador de serviço terceirizado de novas leis e regulamentos aos quais a Companhia está ou possa vir a estar sujeita. Quando da identificação de fatos relevantes que podem influenciar as operações da Companhia, o Departamento Jurídico compartilha tais fatos em reunião da diretoria para definição de plano de ação, se necessário;
- (b) Risco de Crédito: o gerenciamento é realizado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, bem como adoção de formas eficazes de cobrança. A Companhia assume o risco de crédito dos clientes seguindo critérios definidos com base em modelos estatísticos, combinados com informações internas própria do nosso negócio, assim como informações internas, cadastrais ou comportamentais dos consumidores, sendo esses modelos periodicamente revisados com base nos índices de perdas históricas das safras da carteira;
- (c) Risco de Liquidez: o gerenciamento é realizado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos. Além disso, a Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo e com alto risco financeiro, e possui como prática em relação a títulos de dívida (aplicações financeiras) o investimento em títulos que possuem *rating* atribuído pelas principais agências de risco de crédito de, no mínimo, AAA;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (d) Risco Estratégico: todo final de exercício, a Companhia reúne todos os seus executivos e profissionais chave para definição do planejamento estratégico do ano seguinte, assim como seu orçamento previsto. Para suporte à execução da estratégia, a Companhia possui programa de participação nos resultados com a remuneração atrelada ao desempenho no cumprimento de metas (departamentais e individuais) diretamente atreladas à execução de sua estratégia. Há reuniões mensais de avaliação de resultados onde são discutidos indicadores de desempenho relacionados às metas e definidos planos de ação para correção do curso das operações em rumo ao cumprimento das metas;
- (e) Risco Operacional: a Companhia possui auditoria interna que, no decorrer do exercício, efetua testes nos controles internos para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções das auditorias está: julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, os auditores recomendam melhorias que são validadas pelo comitê de auditoria e implementadas pelos gestores dos processos. A equipe de auditoria interna acompanha o andamento dos planos de ação para correção das falhas nos controles até a sua conclusão, e se reporta ao Diretor Financeiro. Além disso, há acompanhamento mensal de indicadores de desempenho dos processos organizacionais nas reuniões mensais de resultado. Para indicadores com desempenho insatisfatório, são criados planos de ação para correção das situações identificadas;
- (f) Risco Cibernético e Tecnológico: para reforço da segurança de sua infraestrutura de tecnologia e sistemas de informação, a Companhia conta com um prestador de serviços terceirizado cuja função é a de efetuar a revisão dos controles internos relacionados a TI com o objetivo de aumento da segurança dos sistemas de informação por meio de aprimoramento dos controles internos;
- (g) Risco Regulatório/Legal: monitoramento contínuo pelo Departamento Jurídico e/ou por prestador de serviço terceirizado do cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia. Quando da identificação de fatos relevantes que podem influenciar as operações ou a imagem da Companhia, o Departamento Jurídico compartilha tais fatos em reunião da diretoria para definição de plano de ação, se necessário;
- (h) Risco Político: monitoramento contínuo pelo Departamento Jurídico e/ou por prestador de serviço terceirizado de tramitação de projetos envolvendo criação ou modificação de leis ou normativos e regulamentos emitidos por entidades governamentais. Caso sejam identificadas eventuais mudanças no ambiente político que possam impactar a Companhia ou suas operações, o Departamento Jurídico compartilha tais fatos em reunião da diretoria para definição de plano de ação, se necessário; e
- (i) Risco Socioambiental: monitoramento contínuo pelo Departamento Jurídico e/ou por prestador de serviço terceirizado dos efeitos potenciais ou efetivos gerados pelas atividades da Companhia, em especial novos empreendimentos mobiliários, no meio ambiente e na sociedade. Caso seja identificada a existência de impacto negativo (potencial ou real), o Departamento Jurídico compartilha tais fatos em reunião da diretoria para definição de plano de ação, se necessário.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

São responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gestão de Riscos, o conselho de administração, a diretoria, a gerência de riscos e compliance e a auditoria interna.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conselho de Administração

Competirá ao conselho de administração:

- (a) estabelecer os limites de tolerância aos riscos que a Companhia deverá observar no exercício de suas atividades;
- (b) monitorar e reavaliar periodicamente os riscos estratégicos e de imagem;
- (c) quando solicitado pela diretoria ou pelo comitê de auditoria, avaliar a situação da Companhia em relação aos riscos categorizados na Política de Gestão de Riscos; e
- (d) reavaliar, junto ao comitê de auditoria, a adequação da estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia

Diretoria

Competirá à diretoria:

- (a) formular os objetivos estratégicos para implementação dos negócios aprovados pelo conselho de administração, dentro dos limites de tolerância aos riscos aprovados pelo mesmo;
- (b) identificar e categorizar os riscos mencionados na Política de Gestão de Riscos, adotando medidas para o seu combate;
- (c) monitorar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- (d) executar ações de resposta aos riscos até que o risco volte a se adequar aos níveis de tolerância estabelecidos pelo conselho de administração da Companhia;
- (e) manter a adequada comunicação externa dos mecanismos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia;
- (f) consolidar o resultado do mapeamento dos riscos, avaliando sua eficácia;
- (g) elaborar, em conjunto com a auditoria interna, relatórios periódicos ao comitê de auditoria sobre os resultados dos mapeamentos; e
- (h) sempre que solicitado, apresentar ao conselho de administração e ao comitê de auditoria o mapa de riscos da Companhia e realizar o acompanhamento da implementação das respostas ao risco apontado.

Gerência de Riscos e Compliance

Compete à Gerência de Riscos e Compliance:

- (a) periodicamente, avaliar, monitorar e reavaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- (b) acompanhar a implementação das ações de resposta sugeridas pelo Comitê de Auditoria, pelo conselho de administração ou pela diretoria;
- (c) periodicamente, revisar a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia, elaborando parecer ao conselho de administração da Companhia;
- (d) periodicamente, avaliar os trabalhos feitos pelo auditor independente, emitindo parecer sobre seu trabalho.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Auditoria Interna

Compete à auditoria interna realizar a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia. A auditoria interna atua de forma independente e objetiva, reportando-se periodicamente ao comitê de auditoria e, no mínimo, semestralmente ao conselho de administração, ou quando julgar necessário. As atribuições da área de auditoria interna e a suficiência da sua estrutura e orçamento ao desempenho de suas funções são aprovadas anualmente pelo conselho de administração da Companhia.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que, com a implementação da estrutura organizacional descrita em sua Política de Gestão de Riscos, estão atendidas as necessidades referentes ao controle, monitoramento e gestão de riscos da Companhia, de forma que estes se mantenham dentro do nível de tolerância a riscos estabelecidos pela administração da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgações das informações financeiras, a Companhia possui uma área de auditoria interna, que realiza uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras como base nos princípios contábeis geralmente aceitos. A área de auditoria interna é supervisionada pelo comitê de auditoria, cuja criação foi aprovada pelo conselho de administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2020.

Os controles internos de divulgação das informações financeiras possuem limitações inerentes, podendo não prevenir ou detectar certos erros. Além disso, as projeções de avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam tornar-se inadequados de acordo com mudanças de condições, ou por alterações no cumprimento de políticas ou procedimentos internos. O Comitê de Auditoria é responsável monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras. Ainda, durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles, são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação pelo Comitê de Auditoria envidando os melhores esforços para implementar referidos planos de ação no menor prazo possível, visando evitar recorrências.

Atualmente, com base nos relatórios e apontamentos da área de auditoria interna, bem como da auditoria externa independente, não é de conhecimento da diretoria da Companhia quaisquer deficiências nos controles internos que a diretoria da Companhia considere como grau de risco relevante a ponto de afetar a preparação e a qualidade das demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes.

A Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados estão adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Além do departamento de contabilidade, que é o departamento responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, participam deste processo o Comitê de Auditoria, a controladoria, a área de auditoria interna e a diretoria da Companhia, que têm a responsabilidade de revisão final.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria supervisiona a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

A gerência de riscos e *compliance* deverá, periodicamente, avaliar os trabalhos feitos pelo auditor independente, emitindo parecer sobre seu trabalho.

A área de auditoria interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, atua de forma independente e objetiva executar procedimentos de verificação da eficácia dos controles internos conforme o plano

5.2 Descrição dos controles internos

anual de auditoria, o qual é revisado e validado pela Presidência e Diretoria Executiva da Companhia, tendo o seu cumprimento supervisionado pelo Comitê de Auditoria.

A Gerência de Riscos e Compliance revisa periodicamente os processos da Companhia, avalia os riscos inerentes a estes processos e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna e externa.

A Companhia contrata ainda uma firma de auditoria para efetuar os testes de controles sob supervisão da administração, de forma a suportar sua conclusão sobre os controles internos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

O relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos emitido pelos auditores independentes em conexão com o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não apresentou deficiências significativas nos controles internos da Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram identificados pelos auditores independentes deficiências significativas durante exame realizado no âmbito do trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

5.3 Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

Possuímos mecanismos e procedimentos internos de compliance voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, tais como o Código de Ética e conduta, Política Anticorrupção, Política de Transação com Partes Relacionadas dentre outras. Temos previsão de revisar a cada dois anos esse compêndio de forma a manter sua aderência às melhores práticas de mercado aplicando estas melhorias, quando necessárias de imediato.

Anualmente, a Gerência de Riscos e Compliance deverá promover treinamento obrigatório a todos os integrantes da Companhia, incluindo seus administradores, sobre: (i) legislação societária e de mercado de capitais; (ii) divulgação de informações; (iii) controle interno; (iv) o Código de Ética e Conduta; (v) Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e (vi) demais temas relacionados às atividades da Companhia.

Ainda na esfera de prevenção, realizamos anualmente ações de comunicação de reforço e divulgação voltado para o público interno sobre o programa de integridade e também sobre o canal de denúncias, a "Linha Ética Estapar", utilizando-se de meios como e-mail, banners na intranet, materiais impressos distribuídos nos escritórios e nas garagens.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

As seguintes áreas da Companhia são envolvidas diretamente na supervisão, monitoramento e funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade:

- (a) Compete exclusivamente ao Conselho de Administração da Companhia aprovar quaisquer alterações ao Código de Conduta e Ética e de qualquer política.
- (b) O Comitê de Auditoria é responsável por monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria foi formalmente criado pela Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2020, e é órgão com autonomia e independência, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração.
- (c) A Gerência de Riscos e Compliance é a responsável pelo desenvolvimento estratégico e aplicação do Programa de Integridade da Estapar e do Código de Ética e Conduta, com suporte da Diretoria Executiva. Cabe a ela, ainda, a consolidação das ações em gestão da ética que sejam realizadas na Companhia, com o intuito de garantir que as diretrizes de atuação ética, com integridade e em conformidade legal, sejam permeadas pela Companhia, em todos os níveis hierárquicos. A Gerência de Riscos e Compliance se reporta diretamente ao Diretor Executivo Jurídico e de Compliance.
- (d) As Diretorias devem suportar na implantação e na execução do Programa de Integridade, bem como auxiliar no monitoramento, contribuindo com sugestões que mitiguem riscos ao compliance.

5.3 Programa de integridade

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética e Conduta foi revisado e aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 08 de novembro de 2022, nos termos do artigo 14, inciso (xxi) do estatuto social da Companhia.

O Código de Ética e Conduta se aplica a todos os administradores, empregados e funcionários da Companhia.

Anualmente, a Gerência de Riscos e Compliance deverá promover treinamento obrigatório a todos os integrantes da Companhia, incluindo seus administradores, sobre: (i) legislação societária e de mercado de capitais; (ii) divulgação de informações; (iii) controle interno; (iv) o presente Código de Conduta e Ética; (v) Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e (vi) demais temas relacionados às atividades da Companhia.

Caso algum colaborador ou fornecedor cause obstrução em relação à apuração de irregularidades e a auditorias ou participe de atividades que prejudiquem ou que possam, ainda que potencialmente, prejudicar a reputação da Companhia perante seus clientes/usuários, fornecedores ou comunidade poderão sofrer as seguintes punições:

- (e) advertência verbal;
- (f) advertência por escrito;
- (g) suspensão;
- (h) demissão sem justa causa;
- (i) demissão com justa causa;
- (j) ação judicial.

As sanções devem ser justas, razoáveis e proporcionais à falta cometida. É de responsabilidade de todos a comunicação de desvios e irregularidades ocorridas na Companhia. Para isto, devem utilizar a Linha Ética ou contatar o próprio gerente ou responsável pela área.

O Código de Ética e Conduta está divulgado da webpage da Companhia, no seguinte endereço: https://canalconfidencial.com.br/estapar/files/Codigo_de_Etica_PT.pdf ou em <https://ri.estapar.com.br/governanca/estatuto-social-e-politicas/>.

(b) canal de denúncia

- (i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros.
- (ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados
- (iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
- (iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

Como principal ferramenta de detecção, investigação e remediação de fraudes e ilícitos, a Companhia possui um canal de comunicação denominado "Linha Ética Estapar", amplamente comunicado para todos os *stakeholders* da Companhia, onde qualquer pessoa, incluindo pessoas externas à Companhia, de forma identificada ou anônima, possam realizar um relato sobre qualquer tipo de desvio que envolva descumprimento dos direcionamentos estabelecidos no código de conduta e ética, na política anticorrupção da Companhia, ou qualquer outro normativo da Companhia.

5.3 Programa de integridade

A "Linha Ética Estapar" é um serviço contratado da consultoria ALIANT/ICTS Outsourcing e conta com todos os requisitos de uma ferramenta deste tipo, como por exemplo: (i) recebimento dos relatos 24 horas por dia;

(i) manutenção de um *website* e linha 0800 para recepção e tratativa dos relatos; e (iii) total isenção sobre os assuntos captados nos relatos e em relação às pessoas mencionadas.

A "Linha Ética Estapar" é divulgada no treinamento anual acerca do Código de Ética e Conduta e da política anticorrupção, descrito no item "a" acima, através da Intranet e também no website da Companhia, em local de fácil acesso e identificação. O serviço pode ser acessado através do telefone 0800 792 1008 ou pelo *website* www.linhaeticaestapar.com.br, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Todas as denúncias serão devidamente apuradas, sendo assegurada a proteção ao denunciante de boa-fé e a garantia de confidencialidade. Em caso de denúncias de irregularidades serão instaurados procedimentos específicos de investigação interna.

A investigação de cada denúncia ficará a cargo da área de Compliance. Caberá a área de Compliance realizar o procedimento interno para verificação dos fatos, o qual poderá incluir: (a) levantamento de documentos e formulários necessários a investigação dos fatos; (b) auditorias nos equipamentos e e-mails corporativos; e (c) oitiva do denunciante, do denunciado e de possíveis testemunhas. A Gerência de Compliance deverá dependendo da gravidade do assunto, encaminhar ao Grupo de Trabalho de Riscos e Compliance, os fatos e o resultado da investigação com sua recomendação para deliberação do colegiado. As decisões de acatar ou não a denúncia, as conclusões e recomendações do Grupo de Trabalho poderão, eventualmente, ser reportadas ao Comitê de Auditoria ou se necessário ao Conselho de Administração da Companhia.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não teve nenhum caso confirmado de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

A Companhia não identificou alterações significativas, no último exercício social, nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos.

5.5 Outras informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia para os fins desta seção deste Formulário de Referência.